

GOLPE OU IMPEACHMENT: FORMULAÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS SENTIDOS NOS TEXTOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

José Braulio da Silva Junior (PG-UEMS/UNEMAT)

josebrauliojunior@hotmail.com

Aline Saddi Chaves (UEMS)

chaves.aline@gmail.com

Resumo: A luz da Análise do Discurso francesa, buscamos refletir acerca das estratégias de formulação e circulação dos sentidos produzidos no fenômeno do afastamento do mandato da ex-presidente Dilma Rousseff no ano de 2016: Golpe e Impeachment. Depreender as condições de produção dos referidos sentidos, abordando sua relação com os pressupostos teóricos de Michel Pêcheux sobre memória discursiva e interdiscurso. Investigar como “Golpe” tem seu sentido circulado nos textos de comunicação social. E observar como o sujeito-autor do discurso “golpe” orienta através do léxico o discurso para a interpretabilidade do(s) sentido(s)

palavras-chave: Golpe; Impeachment; Formulação dos sentidos; Análise do Discurso.

Abstract: In the light of the French Discourse Analysis, we sought to reflect on the strategies of formulation and circulation of the senses produced in the phenomenon of removal from the mandate of former President Dilma Rousseff in 2016: Golpe and Impeachment. Deprecating the conditions of production of these senses, approaching its relation with the theoretical assumptions of Michel Pêcheux on discursive memory and interdiscourse. Investigating how "Golpe" has its meaning circulated in the texts of social communication. And to observe how the subject-author of the "coup" discourse directs through the lexicon the discourse for the interpretability of the meaning

Key-word: Golpe; Impeachment; Formulation of the senses; Discourse Analyse.

Introdução

O presente trabalho busca pensar sob a ótica teórica e metodológica da Análise do Discurso francesa (ADF) pensada por Michel Pêcheux nos anos de 1969 e vinculada teoricamente as disciplinas de: linguística – o estruturalismo linguístico pensado por Ferdinand Saussure, que compreende a língua de forma não transparente e de funcionamento dicotômico entre a língua e fala; Materialismo Histórico – a compreensão de Karl Marx de o que é ideologia e suas relações com a dinâmica social e histórica; Psicanálise – na qual a definição de Freud do que é homem é deslocada para “sujeito”.

A partir dos pressupostos teóricos da Análise do discurso refletir as estratégias de produção discursiva de “*Golpe*” vinculadas aos textos de comunicação social e como se dá a formulação e circulação desse sentido.

Orientamos o desenvolvimento desse trabalho de forma: primeiramente, abordarmos o objeto - como ocorreu o fenômeno político, social, discursivo e midiático – para, em segundo, compreender as noções teóricas da ADF e como elas se relacionam com o referido objeto, por fim, apreender, segundo a metodologia da ADF, uma análise que saliente os aspectos das formulações e circulações de sentido de “golpe” nos textos de comunicação social e suas condições de produção discursiva.

Assim, aqui então lançamos as seguintes questões motivadoras desse trabalho: quais seriam os sentidos formulados nos textos de comunicação social acerca de “golpe” e “impeachment”? Quais são as memórias discursivas que são acionadas pelas circulações de sentido de “golpe” e “impeachment”? Como se dá a(s) condição(ões) de produção(ões) do(s) discurso(s) que circula e atualiza as formulações de “golpe” e “impeachment”?

Uma breve linha do tempo do objeto investigativo:

Aqui formulamos um *corpus* investigativo pautado em um fenômeno político e social com um recorte linguístico prioritariamente discursivo: um *corpus* composto por

diferentes gêneros discursivos extraídos do discurso jurídico, midiático e político. Para tanto, traçamos uma breve linha do tempo dos fatos que culminaram no afastamento de Dilma Rousseff, vejamos:

Desde o princípio do processo de afastamento de Dilma, partindo da homologação do processo, a aceitabilidade e julgabilidade do tramite na câmara dos deputados até sua conclusão e punição no Senado federal, havia um racha na sociedade, grupos pró e contra o processo. Esses grupos se organizaram discursivamente, ou seja, em discursos interpelados principalmente no *ethos* de legalidade em favoráveis e contrários ao referido processo.

Nos dias 29, 30 e 31 de agosto se iniciaram os tramites finais do processo sendo no primeiro dia a presidente, afastada temporariamente, nesse momento do processo, faz pessoalmente sua defesa no plenário do senado federal e responde a questionamentos feitos pelos senadores e, por fim, exclama sobre as acusações de crimes de responsabilidade:

São pretextos, apenas pretextos, para derrubar, por meio de um processo de impeachment sem crime de responsabilidade, um governo legítimo, escolhido em eleição direta com a participação de 110 milhões de brasileiros e brasileiras. O governo de uma mulher que ousou ganhar duas eleições presidenciais consecutivas. São pretextos para viabilizar um golpe na Constituição. Um golpe que, se consumado, resultará na eleição indireta de um governo usurpador. (REDAÇÃO, 28/08/2016)

No último dia o senado federal em votação, por 61 votos favoráveis e 20 contrários aprovam o impeachment de Dilma Rousseff. Porém com um atento: apesar de ter sido punida por crimes de responsabilidade fiscal, ela não perdeu seus direitos políticos, assim ela poderá se candidatar a cargos eletivos e tomar posse em funções do poder público e o vice-presidente Michel Temer assume como presidente efetivo.

Para tanto, é possível observar que esse fenômeno se constitui de uma enorme gama de sentidos e discursos, por vezes, até mesmo antagônicos, o qual se mostra uma pergunta com inúmeras respostas, dependendo da abordagem.

Para a Análise do Discurso uma apresentação da história do *corpus* a ser analisado é primordial para o primeiro passo da análise: a observação das condições de produção de sentido do objeto.

As condições de produção de *Golpe*.

Compreender a condição de produção do discurso é o passo inicial e primordial tanto para o desenvolvimento de uma análise de qualquer discurso, quanto *práxis* metodológica da disciplina. Trataremos aqui das características das condições de produção do sentido de “Golpe” relacionado com o sujeito-autor do discurso, o papel da ideologia e da memória discursiva.

As condições de produção são definidas fundamentalmente como o sujeito e a situação, assim como a memória.

Quando tratamos sobre o sujeito devemos pensar, que para Pêcheux, esse sujeito se constitui em uma formação discursiva que produz discurso em detrimento de sua formação discursiva: seu posicionamento ideológico, histórico em uma dada sociedade, que o lhe permite ou determina o que pode e deve ser dito.

Sendo a ideológica o ponto central tanto para a produção do discurso quanto para sua interpretação, Pêcheux compreende o papel da ideologia como o de produzir evidências materiais da existência do sujeito. No caso da interpretação, é na leitura – como ferramenta interpretativa das mais variadas formas do texto – que se configura o dispositivo analítico e evidenciativo da ideologia do sujeito-autor e dos recursos utilizados nas competências de criação e interpretação do enunciado.

A memória discursiva, por sua vez, atua nas condições de produção de sentido junto à ideologia, “acionando” o interdiscurso. Orlandi (2001), complementa os ditos de Pêcheux, considerando a condição de produção como as circunstâncias do enunciado, basicamente o “como” e o “quando”, não apenas em uma perspectiva histórica e social, mas também ideológica.

O interdiscurso, segundo Orlandi (2001), é : “ como aquilo que fala antes, em outro lugar (pag. 31)”, em suma, aquilo que é dito antes do dito.

Vejamos a conjuntura histórica e política da condição de produção de “golpe”:

Entre os partidos, PMDB (59 a favor e 7 contra), PSDB (52 a favor), PP (38 a 4, e 3 abstenções) e PSB e DEM (29 cada) foram os que mais votos deram ao impeachment. Percentualmente, PSDB, DEM, PRB, SD lideram a lista dos nove partidos que votaram 100% pelo impeachment. PCdoB, PSOL e PT votaram 100% contra o impedimento. (D’agostino, 28/08/2017)

PMDB (partido do movimento democrático brasileiro) o maior numericamente na Câmara e no Senado, como afirma em seu estatuto é de “sincretismo político e econômico, votou majoritariamente favorável a aceitação do processo; PSDB (partido social-democrata brasileiro) – que posicionava contra o governo Dilma – votou unanimemente, também, favorável; PP (partido progressista) que em seu estatuto se coloca como liberal econômico votou favorável. Apenas os partidos ditos como “base do governo Dilma” votaram contrariamente ao processo.

Também é importante ressaltar – como já mencionado – que Eduardo Cunha, então presidente da câmara dos deputados era filiado ao PMDB. Legalmente, Cunha é responsável por acatar ou não pedidos de impeachment e leva-los a plenária da câmara, o que o fez em 02 de dezembro de 2015 após, no mesmo dia, o partido de Dilma (partido dos trabalhadores - PT) votar a favor do processo de afastamento de Cunha no conselho de Ética:

O despacho do peemedebista autorizando a abertura do impeachment ocorreu no mesmo dia em que a bancada do PT na Câmara [anunciou que vai votar pela continuidade](#) do processo de cassação de Cunha no Conselho de Ética. Ao longo do dia, Cunha consultou aliados sobre a possibilidade de abrir o processo de afastamento da presidente da República. (Passarinho, 28/08/2017)

Por fim, outro fator que na produção de “golpe” era que, o então vice-presidente de Dilma, Michel Temer também pertencia ao PMDB. Nos termos da constituição com a condenatória de Dilma Rousseff no Senado Federal, Michel Temer assumiria o cargo de presidente da república. Com esse cenário de sucessão do cargo, temos um dos principais argumentos para o embasamento de uma orientação discursiva de “golpe”. Ao qual, o sujeito-autor de *golpe* (de estado) produz seu discurso pautado na suposta ilegalidade jurídica do processo motivada por uma conspiração dos partidos políticos contrários ao governo Dilma encabeçada por Cunha e Temer.

O papel da memória em *Golpe*:

Nesse ponto, trataremos mais profundamente da memória discursiva como parte integrante das condições de produção do sentido e sua importância para a constituição do sentido de “Golpe”. Orlandi (2001) define memória discursiva como: “o saber discursivo

que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (pag. 31)”.

A importância da memória discursiva é afirmada também pela autora na obra *papel da memória* (1999) que a estruturação do discurso é dada pela constituição material da memória que afirma: “Uma primeira constatação se impõe imediatamente: para que haja memória é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância.” (Orlando, 1999, pag.25). Logo a memória discursiva não está ligada a fatores biológicos ou psicológicos, mas em práticas discursivas e sociais, quando também históricas.

Assim sendo, os fatos do discurso, enquanto inscrição material, também podem ser considerados uma memória discursiva. Se analisarmos nosso objeto a partir dessas constatações.



O enunciado “golpe nunca mais”, *Golpe* seguido da locução de adjunto adnominal faz referência ao regime militar de 1964 – um período marcado pela perda de direitos civis e crimes contra os direitos humanos.

O regime militar foi um período da história da república brasileira que durou entre 1964 a 1985. Por ser um momento histórico há registros discursivos e materiais enunciativos do fato – logo é uma memória discursiva coletiva. Por ser fato de conhecimento comum a referência é verdadeira e compreensível.

Podemos observar que *golpe* na figura acima significa seu sentido no interdiscurso e pela memória discursiva coletiva. Isso só é possível, pois houve um processo parafrástico – a retomada do mesmo espaço do dizer - e a existência de uma memória discursiva para a reformular o sentido de *golpe* (de 1964) o que possibilitou, na ocorrência de um novo sentido discursivo: o *golpe* (de 2016), um processo polissêmico – a “fuga” de um antigo espaço do dizer.

Orlandi (1999) comenta sobre a função da memória em relação a leitura:

a memória discursiva seria aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os “implícitos” (quer dizer mais, tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados, e relatados, discursos-traversos, etc.) que sua leitura necessita. (Orlandi, 1999, pag. 52)

É importante ressaltar aqui que para a Análise do Discurso Francesa o sujeito é interpelado pela língua e a história e que para que suas palavras façam sentido é necessário que essas palavras já tenham feito sentido antes. É nessa afirmativa que *golpe* (de 2016) é significado por “golpe” (de 1964).

Para que haja um discurso tenha sentido é necessário que já exista um sentido anterior, que faça sentido anteriormente, e um contexto histórico e social.

Ainda acerca da condição de produção, *golpe* deve ser compreendido, inicialmente, pelo princípio constitutivo dos dados do *corpus*, sendo o *corpus* compreendido para ADF como um espaço fechado ao qual o discurso é o produto. Por fim a memória discursiva desempenha um papel primordial para a orientação do discurso para o sujeito-autor, visto que, é por ela que o interdiscurso associa os sentidos e trabalha os ditos de acordo com os objetivos

Formulações e circulações do sentido de *Golpe*.

Aqui refletimos acerca da formulação e circulação do sentido de “Golpe”. Que teve seu sentido circulado nos meios de comunicação social, é possível refletir acerca da sua formulação e denotar que o fenômeno social do impedimento de Dilma Rousseff tem sido formulado e circulado nos meios de comunicação de forma heterogênea, porém com as principais formulações discursivas circulando de forma antagônica: *impeachment* e *golpe*.

Mas o que significa formulação e circulação de sentidos?

Na obra *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos* (2008) da autora Eni P. Orlandi é postulado, ainda na introdução, que não há sentido sem interpretação, por sua vez, a interpretação tem dois vieses: o de quem fala e o de quem analisa.

Para a Análise do discurso a leitura é ferramenta de interpretabilidade discursiva do texto e o analista do discurso apenas interpretar, mas também compreender como o

texto funciona, ou seja, produz sentido. Para essa compreensão é fundamental observar os mecânicos de formulação e circulação dos sentidos. Assim sendo para a Análise do discurso: “A formulação é o lugar em que a contradição se realiza. Ela é o acontecimento discursivo pelo o qual o sujeito articula e manifestamente o seu dizer” (Orlandi, 2008, pag. 10). Por sua vez, circulação é pensada como: “pensando a constituição como dimensão vertical” (Orlandi, 2008, pag. 10).

Para Orlandi “Formular é dar corpo aos sentidos” (Orlandi, 2008, pag. 09), ou seja, a formulação se faz materialmente pela colocação do discurso no texto, pela textualização. Para autora, também, é formulação é uma atualização da memória discursiva, uma textualização da memória.

Quando observamos a materialidade discursiva: o real do discurso – o que não pode ser de outra forma – cujo a materialidade específica está na língua, devemos nos debruçar sobre a discursividade: a inscrição dos efeitos da língua na história dentro da textualidade (o discurso ao se tornar texto). Assim sendo, o observarmos a formulação e circulação de sentidos nos mais variados textos de comunicação social devemos depreender a afirmação de Orlandi (2008), enquanto analista do discurso: “O objetivo da Análise do Discurso é descrever o funcionamento do texto. Em outras palavras, sua finalidade é explicitar como o texto produz sentido” (Orlandi, 2008, pag. 23).

Nessa observância também é necessário ressaltar antes de um debruçar sobre o objeto desse trabalho a importância dos conceitos de paráfrase e polissemia. E como esses pressupostos se aplicam à *golpe* e *impeachment* nos textos midiáticos:

Consideramos que todo funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está ao lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (Orlandi, 2001, pag. 36)

Quando lemos nos textos midiáticos *impeachment* ou *golpe* os sujeitos-autores via marcações linguísticas orientam a interpretação dos enunciados. Ou seja, a formulação do sentido é expõe a ideologia do sujeito.

Podemos afirmar que: sendo a formulação, uma atualização da memória discursiva e a tensão existente entre paráfrase e polissemia - uma tensão entre a retomada do mesmo espaço do dizer e a ruptura para com esse espaço – *impeachment* de 2016 formulam e circulam o(s) sentido(s) da estrutura semântica da constituição de 1988 (especificamente no artigo 85º); Enquanto *golpe*, por sua vez, evoca via interdiscurso à memória discursiva e desloca a carga semântica do verbete “golpe” para “golpe de estado”, isso pois: “O interdiscurso (memória, saber discursivo) produz seu efeito em um sujeito afetado pelo mundo, na sua experiência. O sujeito se constitui e se significa por ser afetado (o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia).” (Orlandi, 2008, pag. 46)

Em ambos os casos a memória discursiva incide diretamente a formulação, que por sua vez, é orientada pelas marcações linguísticas, pragmáticas e enciclopédicas de orientação de leitura e interpretação do enunciado.

Assim *golpe* e *impeachment* são nas representações midiáticas formulações de sentido antagônicas. Após definirmos o que é formulação e circulação discursiva podemos aplicar essas compreensões no nosso *corpus* e observamos como os sentidos se antagonizam nos textos de comunicação social.

Para a Análise do discurso não basta analisar o dito, também é necessário evidenciar o não-dito, que sustenta o dito. Como já pontuado sobre o que é formulação discursiva, segundo Orlandi (2008).

Podemos afirmar que: *impeachment* é uma circulação de uma formulação que tem como corpo do dizer, ou seja, a materialização do discurso no texto, sustentado por um “não-dito” de legalidade. Logo, quando as marcações textuais orientam a leitura de um texto midiático que utiliza *impeachment* o “dito” exprime o discurso de que o referido fenômeno está norteado adequadamente nos textos legais, que o tramite ocorreu de forma correta, conforme especificado em lei.

Por sua vez, *golpe* tem a circulação discursiva de sua formulação orientada justamente pela materialização do discurso nos textos midiáticos de uma inadequada orientação dos tramites jurídicos que norteiam um processo de *impeachment*. Logo, por se tratar de um afastamento de cargo eletivo, a presidência da república, e, supostamente,

o crime ao qual está pautado o processo não se configurar, a formulação circulada nos textos de comunicação é de “golpe de estado” em processo.

É possível denotar que tanto em *golpe* quando em *impeachment* não-ditos de sentidos opostos: um que se pauta em um crime que não ocorreu, ou seja, que invalidaria um processo legal, que assim sendo, inválido, passa a ser ferramenta de “golpe de estado”, dessa forma o afastamento tem interesse político; Por sua vez, há um não-dito que sustenta o dito pautado na legalidade, ou seja, que houve o crime, que é necessárias uma investigação e uma punição, de acordo com o que é exposto em lei. E que esse tramite foi seguido, logo legal e o afastamento não teve nenhum tipo de interesse, apenas foi fruto condenatório de um crime: *impeachment*.

Como foi circulado o sentido de “golpe” nos textos de comunicação?

Afim de dar continuidade a reflexão de nosso objeto devemos pensar como se deu o processo de circulação dos sentidos de “Golpe” nos textos de comunicação social. Mas, primeiramente, é necessário definir o que são textos de comunicação social:

Todo gênero textual pertence a uma categoria discursiva, essas categorias correspondem a uma necessidade da atividade humana: “A qual o analista do discurso não pode ignorar, mas também não pode se resumir” (Maingueneau, 2005, p. 59). Por exemplo: o gênero textual do sermão católico tem o discurso religioso, com uma condição de produção que incluem clérigos, evangelho, crentes, etc.

O gênero do relatório de estágio, por exemplo, supõe a existência de empresas e estudantes que busquem a experiência profissional, de professores para aplicar e avaliar tarefas escritas, e acima de tudo, de todo um sistema de ensino aberto ao mundo do trabalho. Poderíamos dizer coisas da mesma ordem a respeito do gênero “*fast drivers*”, que aparecem nas sociedades em que há uma imprensa escrita e de grande tiragem: num vilarejo, o boato é suficiente para divulgar as notícias. (Maingueneau, 2005, Pag. 61)

Corroborando com o dito anterior Eni Orlandi no livro *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos* (2008) afirma sobre a textualização do discurso:

Se vemos o texto a contrapartida do discurso – efeito de sentidos entre locutores – o texto não será mais uma unidade fechada em nela mesma. Ela vai-se abrir, enquanto objeto simbólico, para as diferentes possibilidades de leitura. (Orlandi, 2008, Pag. 64)

Logo, todo o texto jornalístico exprime a necessidade de informar a população, elucidar a seus leitores as conjunturas sociais, culturais e políticas do cenário nacional e

internacional. Com esses dizeres aqui compreendemos o texto jornalístico como um gênero textual, assim como também, imagens, diálogos. etc... que cumprem a necessidade da atividade humana de informar, seja de forma impressa, oral ou mesmo digital, passível de inúmeras formas de leituras, mesmo com marcações linguísticas nos léxicos de seu enunciado.

Partindo desses princípios os recortes dos textos jornalísticos expressos no presente trabalho buscam serem ferramentas da investigação de como o termo “golpe” significa no atual conjuntura social e política brasileira. Vejamos:

Ensaia-se um novo, inédito modelo de golpe de Estado e os impávidos inovadores mostram a cara. De [Sergio Moro](#) e Gilmar Mendes a [José Serra](#) e Fernando Henrique Cardoso. Da Globo, jornalões e revistas a Eduardo Cunha. Da facção peemedebista em busca da rasteira mais eficaz nos aliados a risco ao vice-presidente Michel Temer, que já conta as favas e monta o futuro governo. (MINO, Carta. 30/03/2016.)

No trecho acima “inédito modelo de golpe de Estado” funciona como um interdiscurso à memória discursiva coletiva do regime militar de 1964; “rasteira”, por sua vez, também desempenha um importante papel para a formulação e circulação discursiva: um não-dito de ilegalidade e ação traiçoeira; “facção peemedebista” é uma referência, como apresentado anteriormente, ao partido político que mais votou favoravelmente ao processo de impeachment de Dilma, de forma que, a circulação de sentido exprime uma ação criminosa por parte dos referidos parlamentares. Nessa notícia, “Golpe” circula como o resultado de uma ação não apenas política, mas também criminosa e premeditada do PMBD.

Outro exemplo da circulação de sentido de “golpe” é no trecho de um editorial do jornal *on-line* Carta Capital:

São pretextos, apenas pretextos, para derrubar, por meio de um processo de impeachment sem crime de responsabilidade, um governo legítimo, escolhido em eleição direta com a participação de 110 milhões de brasileiros e brasileiras. O governo de uma mulher que ousou ganhar duas eleições presidenciais consecutivas. São pretextos para viabilizar um golpe na Constituição. Um golpe que, se consumado, resultará na eleição indireta de um governo usurpador. (REDAÇÃO, 28/08/2016)

Podemos ver nesse primeiro momento que “Golpe” se refere ao processo de impeachment de Dilma Rousseff, mas tem o sentido de seu discurso orientado antagonicamente a “impeachment”; “são pretextos, apenas pretextos” indicam que o “golpe” foi pautado em algo infactível: o crime de responsabilidade fiscal; “um governo legítimo, escolhido em eleição direta” mostra que o governo sucesso ao Dilma é ilegítimo e sem a participação da população brasileira, uma governo inconstitucional iniciado em crimes que não correram..

Logo, “Golpe” circula seus sentidos nos textos de comunicação social como uma ação criminosa, inconstitucional, com seu sentido orientado em uma memória discursiva do regime militar, um interdiscurso sustentado por não-ditos de crime, conspiração, premeditação e ação traiçoeira, orquestrada, principalmente pelos parlamentares do PMDB contra um governo legítimo e com participação representativa dos brasileiros.

Uma abordagem lexical de “Golpe”

Mangueneau (2005) demonstra que uma perspectiva restrita aos aspectos sintáticos e/ou gramaticais são insuficientes para uma investigação sobre os gestos de leitura e referência. O autor também salienta que apesar de por si só serem insatisfatórios, os aspectos estruturais da língua são fundamentais para a elaboração de qualquer análise.

Frases gramaticalmente estruturadas, combinações de signos que formam sentenças não bastam para haver o sentido - o sentido “escapa” as palavras. Para Maingueneau (2005) para haver sentido é necessário um contexto.

Portanto, é imprescindível elucidar a relação entre sentido e contexto, no qual, cada enunciado é portador de um sentido estável que lhe foi conferido pelo locutor. Esse mesmo sentido é decifrado pelo interlocutor que dispõe do mesmo código que o locutor, ou seja, a mesma língua. Vejamos:

Nessa concepção da atividade linguística, o sentido estaria escrito de alguma forma no enunciado, e sua compreensão dependeria essencialmente de um conhecimento do léxico e da gramática da língua; o contexto desempenharia um papel periférico, fornecendo os dados que permitem desfazer as eventuais ambiguidades dos enunciados. (MAINGUENEAU, 2005, pag. 19)

Podemos comentar a citação acima da seguinte maneira: o sentido é indissociável ao enunciado e sua compreensão depende, entre outros fatores, do contexto, o qual, fornece diversas “ferramentas” de interpretabilidade que possibilitam uma interpretação dos discursos de uma forma mais clara.

Para o autor, a pessoa que interpreta um enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no próprio enunciado produzido; Logo, compreender o enunciado exige o domínio dos mais diversos saberes, a consideração sobre as condições de produção, isso porque a ideia de um enunciado com sentido fixo fora de um contexto é insustentável, mas isso de forma alguma indica que unidades lexicais de uma sequência verbal não signifiquem nada isoladamente e nem que suas relações não orientem a interpretação da enunciatário.

O autor denomina essas marcas de interpretabilidade como: marcas linguísticas de interpretabilidade do enunciado. A via de acesso ao estatuto pragmático de um enunciado é justamente seu conteúdo: “basta compreender os sentidos das palavras e as regras de sintaxe” (pag. 23). Uma das mais proeminentes marcas linguísticas de orientação da interpretação são os verbos no infinitivo, vejamos:

Um verbo no infinitivo não exprime necessariamente uma injunção ou, uma forma negativa, uma interjeição. Em frases “independentes”, um infinitivo sem sujeito exposto não pode ser assertivo, ou seja, apresentar um enunciado como verdadeiro ou falso. Quando o enunciado é não assertivo [...] ele pode ser interpretado como um desejo, um conselho, ordem. (MAINGUENEAU, 2005, pag.23)

Outro apontamento: “O contexto também se configura como uma importante marca linguística de orientação da interpretação. Sendo que: “o contexto não é necessariamente o ambiente físico, o momento e o lugar da enunciação”(MAINGUENEAU, 2005, pag.26).

Vejamos a seguinte imagem:



Na imagem acima vemos a frase “golpe em processo” escrito em uma banana e com o fundo a bandeira brasileira.

Partindo de uma análise lexical podemos observar:

- A inexistência de artigo – assim como o lema nacional “ordem e progresso”, “golpe em processo” dispensa o artigo definido masculino “o”, o que tanto gramaticalmente quanto semanticamente evidencia que “golpe” é um sentido de conhecimento e compreensão comum.
- A locução conjuntiva “em processo” – tanto em “ordem e processo” quanto “golpe em processo” há a mesma locução conjuntiva, ou seja, há um processo derivacional de sentido de “ordem e progresso” para “golpe em processo”, de forma, que ocorre um deslocamento de sentido, sendo que, em um temos um sentido aditivo “ordem mais progresso” e no outro “golpe de estado acontecendo”. Esse deslocamento de sentido derivativo é corroborado na figura 2 por uma identificação gráfica idêntica à bandeira brasileira.
- Banana – a bandeira brasileira é dívida por uma faixa branca grafada pelos dizeres “ordem e progresso”, na figura 2 há na mesma orientação uma banana, o que de pronto, significa uma tonal de deboche.

Seguindo dessa brevíssima análise semântico lexical podemos denotar a vida da palavra, ou seja, em que contexto sócio histórico se encontra o sentido.

Como já dito anteriormente as condições de produção do enunciado “golpe” é o processo de afastamento de Dilma Rousseff. Um fenômeno que gerou uma enorme comoção social em manifestações públicas favoráveis e contrários ao referido processo que circulou largamente nos textos de comunicação social.

Para orientar o sentido de “golpe”, o sujeito-autor busca na memória discursiva coletiva um interdiscurso do regime militar de 1964, ao qual, não havia um governo

democraticamente eleito, suspensão de direitos civis, etc.. “Golpe” é produzido por um sujeito-autor que orienta a interpretabilidade pela escolha do léxico – como visto na figura 1 - em uma estratégia do dizer que formula sentidos através de deslocamentos norteados ao referentes históricos de 1964.

Aqui, já denotamos, novamente, que a memória desempenha um papel fundamental tanto para a formulação quanto para a circulação discursiva, tanto quanto para o léxico, que por sua vez, orienta o enunciado à interpretabilidade discursiva.

Conclusão:

Concluimos esse trabalho tendo em vista, primeiramente, que para Análise do discurso não basta apenas depreender os objetos simbólicos de significação dos sentidos no texto e os gestos de interpretabilidade desse mesmo objeto. Devemos também exprimir as condições de produção dos sentidos; Para tanto, quando lançamos na análise de “Golpe” e “impeachment” as noções de condição de produção de Pêcheux observamos que essas mesmas condições de produção reverberam diferentemente nas estratégias do dizer, de forma que, o sujeito-autor trabalha a memória discursiva no interdiscurso afim de orientar os sentidos, associando “golpe” à ilegalidade do tramite e “impeachment” à legalidade.

Segundamente, uma análise que lexical de forma complementar a discursiva mostrou que as estratégias de interpretação do discurso ocorrem de forma estratégica para “convencer” o sujeito-leitor, o interprete do sentido, a se associar a um dado sentido, no caso do nosso objeto, o sentido da legalidade ou ilegalidade do tramite.

Também é importante elencar que a formulação discursiva só é possível graças à memória discursiva, pois as palavras só têm sentido se houver um sentido prévio e assim sendo, se formular é colocar o sentido no texto, “Golpe” de (2016) só é possível porque há uma memória discursiva que a possibilita como tal, (golpe de 1964).

Por fim, concluimos de forma a comungar com a perspectiva de Saussure e Pêcheux: a língua não é de transparente, de interpretação clara e homogênea a todos; como já postulado nas teorias do materialismo histórico todos os fenômenos da vida social, histórica e política tem uma dada motivação e que os sentidos produzidos nesses fenômenos são postulados na ideologia que tem sua materialidade especifica no discurso, por sua vez o discurso na língua.

Bibliografia:

D'AGOSTINO, Rosane. Veja estados e partidos que mais votaram pelo impeachment na câmara. 18/04/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/veja-estados-e-partidos-que-mais-votaram-pelo-impeachment-na-camara.html>> acessado em 28/08/2017.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação – 3ª ed. São Paulo (SP): Cortez, 2005

MINO, Carta. A reivindicação do Golpe, 30/03/2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/894/a-reinvencao-do-golpe>>. Acessado em 12/12/2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise do Discurso: princípios e procedimentos. Campinas (SP): Pontes. 3ª Edição, 2001.

_____, Eni Puccinelli. Papel da memória. Campinas (SP): Pontes, 1999.

_____, Eni Puccinelli. Discurso e texto: formulações e circulações de sentidos. Campinas (SP): Pontes. 3ª Edição, 2008.

PASSARINHO, Nathalia. Eduardo Cunha informa que autorizou o processo de impeachment de Dilma. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>> acessado em 28/08/2017

REDAÇÃO, Veja na íntegra o discurso de defesa de Dilma no senado. 29/08/2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso-de-defesa-de-dilma-no-senado>>. Acessado em 12/12/2016.